

lecida e a falta de estímulos e incentivos especiais podem torná-la mais um grande engodo e um grande blefe.

Muito tem falado o Ministro Delfim Netto sobre os benefícios enormes que a prioridade dada à agricultura traria ao Nordeste. Mas o "saco agrícola" não embutiu nenhuma medida e nenhum instrumento diferenciador que garantisse alguma prioridade ou conferisse qualquer tratamento especial ao Nordeste.

Muito se tem falado na prioridade que o programa do álcool conferiria à Região e que possibilitaria o aproveitamento de uma série de áreas pobres pela opção à produção de álcool a partir da mandioca, da batata, do milho etc. Mas, lamentavelmente, tal procedimento não ocorreu até hoje.

Vários pólos industriais foram criados no Nordeste — Pólo Petroquímico, Alcoolquímico, Sucroquímico, Siderúrgico, III Pólo Industrial, complexo de SUAPE, Itaqui etc. — mas os recursos a eles conferidos são os mesmos para apoiar toda a industrialização do Nordeste o que está quase a inviabilizá-los. Os programas criados como Polonordeste e Sertanejo, os quais caracterizados como as estratégias corretas para permitir a região conviver pacificamente com as secas, estão de tal forma subdimensionados que pouco contribuirão para minimizar os problemas agropecuários da Região.

Tudo não tem passado de falácias e uma retórica digna de palanques, sobretudo daqueles de alguns anos atrás.

Tudo, até agora, nada mais tem representado do que uma retórica sem compromissos. Nada mais do que promessas e vãs promessas que a Região já não mais deposita fé nem confiança.

Registram ainda os nordestinos confiança na pessoa de João Figueiredo, que já vem saldando os seus compromissos com a Nação, tanto na área política, como na área social.

Porém, se medidas, como a suspensão do programa de emergência, forem tomadas, então chegaremos à conclusão de que a prioridade do Nordeste pode ocorrer, mas apenas nas intenções e nunca nas ações dos governantes. E tal programa de emergência, na forma que foi concebido e como está sendo conduzido, é a estratégia que se definiu para fortalecer a pequena e média propriedade agrícola, diminuir a sua descapitalização crônica, sustentar um determinado nível de emprego e prepará-la para enfrentar condições climáticas adversas. Pelo seu caráter, tal programa deveria assumir a conotação de permanência de programas como o Sertanejo e o programa de áreas integradas do Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apelamos para o Sr. Presidente da República, a fim de que não permita que continue a ocorrer tais violências contra famílias que já vivem em estado de fome crônica, principalmente neste momento em que se alçam as esperanças em seu Governo.

Diria ainda que, se isto ocorrer e coisas como estas continuarem a acontecer, se as bancadas do Nordeste e os seus governadores não tomarem uma atitude séria e objetiva, no conceito dos nossos irmãos nordestinos, estaremos rasgando as nossas cartas de cidadania, dissolvendo a nossa consciência, desrespeitando os nossos mandatos e vilipendiando a nossa dignidade.

Basta de tanto sofisma, de tanto desrespeito, de tanta indignidade, de tanto aviltamento.

**O SR. OCTACILIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, quando se realiza no Recife mais uma reunião extraordinária da SUDENE, com a presença do Sr. Presidente da República, do Ministro do Interior e outros, venho outra vez, desta tribuna, abordar o problema energético nacional relacionado à energia solar, notadamente para a região nordestina.

Continuamos, sob esse aspecto, em lamentável compasso de espera. A instalação da primeira central solar anunciada para o meu Estado, a Paraíba, depois de aprovada "carta consulta" por Ministério competente, ao que fui informado no ano findo, passou ao esquecimento, ao que tudo indica, até à presente data.

Já agora, no entanto, temos no **O Estado de S. Paulo** anúncio comercial de venda de centrais solares de grande porte, e, por outra, a notícia de que o Presidente Carter instalará, em breve, nos Estados Unidos, o banco de energia solar para empréstimos aos compradores de equipamentos relativos a essa fonte energética excepcional do momento e, sobretudo, do amanhã, para todos os países do mundo carentes de petróleo ou, provisionalmente, tornando-os aptos a se garantirem contra as ingentes necessidades energéticas, que se estão avolumando nesta fase de vertiginoso desenvolvimento da civilização técnico-industrial de toda a humanidade.

Por tudo isso, Sr. Presidente, voltados para a crise do petróleo, que, nesta precisa hora, atinge a níveis imprevisíveis, com outra alta do preço dessa incomparável modalidade de energia, indago: que estamos pretendendo fazer com a energia solar — sendo o Nordeste subdesenvolvido — especialmente numa área de

mais de um milhão de km<sup>2</sup>, talvez o mais extenso e contínuo espaço geoterrestre de solaridade do mundo?

É tempo real e urgente de se cuidar e de se atacar, pelo menos, o problema de energia domiciliar, com o que se poderia atender a milhões de residências neste País. Mas o que vemos é a crise energética avassaladora, que está, grave e reconhecidamente, batendo às nossas portas, inclusive pela problemática difícil e onerosa da energia nuclear.

E quando o Sr. Paulo Maluf, Governador do grande Estado de São Paulo, vem, de público, proclamar que o seu governo pretende perfurar e explorar também poços de petróleo, não podemos omitir sérias dúvidas e indagar se, em tudo isso, não se está, mesmo sub-repticiamente, tentando desmoralizar a PETROBRAS, o monopólio estatal. Na verdade, não quero com isso traduzir a menor censura a que centros de pesquisas tecnológicas, sejam de São Paulo ou de outras Unidades, participem dessa decisiva batalha, em busca do chamado "ouro negro".

Também não indagaremos se por aí andam as Sete Irmãs, multinacionais do petróleo, evidentemente ávidas do aniquilamento daquela empresa estatal. Mas, sob o ângulo político, não pretenderá o Sr. Paulo Maluf, todavia, e ao que tudo indica, com sua propalada, iniciativa, minimizar ainda mais o anêmico equilíbrio e estabilidade econômica da Federação e vincular-se às multinacionais?

Esta é outra dúvida que preocupa, nesta fase histórica da vida nacional, em face da suposta estratégia política do Sr. Paulo Maluf em contraste ao poderio econômico-industrial e financeiro de São Paulo em relação aos demais Estados, jungindo-os ao seu inteiro domínio.

E quem fala em poder econômico-financeiro, evidentemente subentende, por igual, poder político.

Até o presente, porém, não sabemos, real e concretamente ao que visa o Sr. Paulo Maluf com esse manifesto propósito de diminuir a importância nacional da PETROBRAS, ao que não poderá faltar quem vislumbre um realístico e ambicioso sonho da "mosca azul" pela Presidência da República em futuro não muito distante. Certo é que não lhe faltará astúcia e poder monetário, à maneira do que fez durante a sucessão governamental paulista, contrariando os intuitos de líderes de seu Estado, como o Sr. Laudo Natel, candidato em potencial, há meses passados, embora bafejado então pelo cálido sopro do Palácio do Planalto. Mas, o Sr. Maluf ultrapassou todas as raíças, foi além, e obrigou, não resta dúvida, o Governo a deglutir, fria e monotamente, o seu nome à suprema direção daquele prodigioso Estado.

Reduzido à exiguidade de tempo para este pronunciamento, aqui deixamos, antes de terminar, um novo apelo ao Governo desta República, pela energia solar, mesmo na fase rudimentar de seu aproveitamento prático e econômico, que ora já está consolidado tecnicamente, e o registro dessa inusitada pretensão do Governador de São Paulo, de contribuir, através de suas recentes declarações, até um esclarecimento em contrário, para o desprestígio e descaracterização da importância da PETROBRAS à vida, ao desenvolvimento e aos destinos deste País.

**O SR. JOÃO HERCULINO (MDB — MG. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 27 próximo passado, esta Casa e a Nação viveram momento de grande euforia, com a chegada do tão esperado projeto da anistia. Embora eivado de equívocos, de erros, veio anistiar praticamente 99% daqueles que sofreram arbitrariedades de parte do sistema imposto ao País em 1964. Entretanto, um equívoco flagrante foi cometido no art. 1.º do projeto, que diz:

"É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometerem crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública..."

Sr. Presidente, o projeto deixou de contemplar especificamente os Deputados que tiveram apenas o mandato cassado, como é o meu caso. Nós não fomos incluídos neste projeto de anistia. Quero dizer, neste instante, à consciência cívica de nosso País, de modo especial aos meus companheiros que tiveram apenas os seus mandatos cassados, que entrarei com uma emenda ao projeto para sanar esse equívoco.

De qualquer maneira, com erros, com equívocos, o projeto da anistia é uma conquista extraordinária do Movimento Democrático Brasileiro, dos trabalhadores, dos estudantes e das organizações religiosas. Daí estranharmos o fato de a alegria que tomou conta deste plenário haver sido comandada exatamente pela bancada governista nesta Casa, já que não deu ela a menor contribuição no sentido de que o Governo nos enviasse este projeto, enquanto que a bancada do MDB, os estudantes, os trabalhadores lutaram sem tréguas para que isso ocorresse.

Fico feliz pelo fato de a bancada do Governo alegrar-se conosco. Mas vamos dar, neste instante, as glórias a quem as tem. Não devemos agradecimento ao Sr. Presidente João Baptista Figueiredo; devemos, sim, aplausos a S. Ex.<sup>a</sup> pela medida que tomou. Não se deve agradecimento a quem comete um ato de justiça.

Na minha vida pública, certa vez, tive oportunidade de receber uma moção de aplausos porque era um homem honesto. Ora, ninguém merece aplauso por ser honesto, ninguém merece aplauso por ser digno e correto. Aplausos podemos manifestar ao Sr. Presidente Figueiredo porque enfrentou o sistema para trazer ao encontro do povo, dos trabalhadores, dos estudantes e das organizações religiosas esse projeto, defeituoso, é verdade, mas que, nesta Casa, exercendo nossa função, haveremos de colocá-lo dentro daquilo que o povo brasileiro espera e que a consciência cívica do nosso País reclama.

**O SR. CARLOS AUGUSTO (ARENA — PL. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com muita satisfação que aqui faço o registro do grande êxito do Simpósio Nacional sobre Fontes Convencionais e Alternativas de Energia, que acaba de ser realizado sob a responsabilidade da Comissão de Minas e Energia desta Câmara.

Minha satisfação, Sr. Presidente, torna-se ainda maior por ter podido, no referido Simpósio, a par da oportunidade de assistir a brilhantes exposições levadas a cabo pelas maiores autoridades nacionais do assunto, também debater com elas sobre a viabilidade da implantação de um Pólo Alcoolquímico no litoral do Piauí, Estado que com muita honra represento nesta Casa.

Sr. Presidente, ao fazer o presente registro, quero comunicar a esta Casa que, por ter conseguido uma boa receptividade, no citado Simpósio, para a minha tese da viabilidade da instalação de um Pólo Alcoolquímico no litoral piauiense, especialmente por parte do Exm.<sup>o</sup> Sr. Ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, e por considerar que a implantação do referido Polo poderia ser a resposta para os problemas econômicos que ora angustiam o meu Estado, voltarei muito breve a esta tribuna para abordar o assunto com mais profundidade, quando espero já poder apresentar um projeto a respeito.

**O SR. DIVALDO SURUAGY (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil pode perfeitamente aspirar ao desenvolvimento e à grandeza. Nos últimos anos, mostrou a Nação ter condições de realizar uma política de país grande, com senso de seu próprio valor e consciência de responsabilidade. Essa capacidade de fazer está associada à dinâmica de ações do Setor Público, da iniciativa privada e da comunidade.

Assim, pode o País efetivar, com alto grau, o seu potencial de crescimento de dimensão econômica.

Os eventos mundiais dos últimos anos deixaram as diversas economias sob um período de crise.

O fato é que a crise energética abalou a economia brasileira e, por conseguinte, sua política de desenvolvimento econômico, consubstanciada no "modelo de substituição de importações" — insumos básicos, traçada no II Plano de Desenvolvimento.

Essa estratégia de desenvolvimento considera a integração nacional como ponto básico e o Nordeste, que tem mais de trinta milhões de habitantes e é um grande produtor de divisas líquidas para a Nação, está contemplado, dentro do II PND, com um programa de investimentos da ordem de cem bilhões, através de uma aplicação combinada com o aproveitamento dos fatores de produção disponíveis, a fim de proporcionar um crescimento do PIB a taxas mínimas às do conjunto brasileiro, com vistas a eliminar as disparidades inter-regionais de crescimento.

Nesse quadro de política de desenvolvimento, segurança e integração nacional, o Nordeste ainda permanece, infelizmente, como ponto crítico dos desequilíbrios inter-regionais do País.

Entretanto, estamos seguros de que essa região apresenta um potencial considerável de recursos, que pode ser efetivado de imediato, representando uma contribuição valiosa para uma nova dimensão da economia nacional, permitindo superar esses desníveis regionais.

A identificação das causas históricas e, mormente, dos mecanismos de descapitalização, o empobrecimento do Nordeste e as disparidades de crescimento, em lugar de se autocorrigirem no tempo, tendem a se aprofundar, caso não se apliquem políticas corretivas.

Para tanto, é imprescindível que se dê um racional e integrado esforço para superar essa crise mundial, que repercute sobre os efeitos dos mecanismos de empobrecimento, já apontados, e compensar as desvantagens iniciais da industrialização nordestina, se comparada com o Centro-Sul.

Desburocratizar a área econômica; promover a distribuição da renda e a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro;

facilitar o crédito agrícola e aperfeiçoá-lo pela sua maior capitalização; aumentar a produtividade e estimular as culturas essenciais ao abastecimento interno; possibilitar uma maior participação do pequeno e médio produtores; adotar uma política tributária como instrumento da política econômica; acionar um sistema que atenuar a concentração de renda pessoal, regional e setorial; ordenar a tributação pela forma progressiva das grandes heranças e doações; preconizar a incidência do imposto sobre os bens de capital e lucro imobiliário; utilizar conjuntamente o Imposto de Renda e o Territorial Rural, de modo a estimular o uso da propriedade fundiária, tudo isso sem descuidar o combate à inflação, são metas alvissareiras.

A ação governamental propende, mais do que nunca, a reparar a situação de um País que luta para incorporar parcelas do território, marginalizadas e esquecidas, ao supremo esforço de emancipação econômica.

Assim, torna-se necessário que seja criada uma consciência da necessidade de se fortalecerem mecanismos compensatórios na região, como o revigoramento da SUDENE, através da melhoria da capacidade de promover e controlar um programa integrado de desenvolvimento regional.

A ausência de medidas diferenciadas, preterindo-se em geral o Nordeste em proveito de regiões com maiores potencialidades, foi fator determinante para que a economia de nossa região ficasse praticamente estagnada, com taxas de crescimento quase iguais às de sua expansão demográfica. Foi esse o quadro diagnosticado no início dos anos cinquenta, época em que se reorientou a ação governamental em prol do Nordeste.

Foi justamente nesse período de providenciais inquietações que, por força de um ativo esforço das lideranças políticas da região e em face da constatação da falência parcial da solução hidráulica seguida desde o começo do século, se teve a feliz e oportuna idéia de formar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste — GTDN, subordinado ao Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República.

No cumprimento de suas elevadas atribuições, conseguiu o GTDN elaborar um documento da maior lucidez, de tal forma que as soluções então preconizadas continuam válidas até hoje. O que se propunha, naquela oportunidade, era a intensificação dos investimentos industriais, visando a criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira.

Prevía ainda o documento, intitulado "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste", publicado há vinte anos, a transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta estável de alimentos aos centros urbanos, cujo processo de industrialização se propunha fosse intensificado. Com relação à agricultura, preconizava-se a mudança progressiva da economia das zonas semi-áridas, no sentido de elevar a sua produtividade e torná-las mais resistentes ao impacto das secas.

Além disso, previu-se o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, propondo-se fossem incorporadas à economia da região as terras úmidas do interior maranhense, em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia das zonas semi-áridas.

Essa foi, sem dúvida, a primeira tentativa de se encarar o subdesenvolvimento regional como um fenômeno estrutural. E foi para por em prática tais diretrizes que foi proposta a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, à qual seriam concedidos poderes de decisão para exercer uma administração autônoma em nível regional. Tal providência implica o reconhecimento tácito de que, num país de tamanha extensão territorial e de problemas tão diversificados, como é o Brasil, mínimos seriam os êxitos de uma gestão eminentemente centralizada.

Entretanto, quando os primeiros frutos do trabalho da SUDENE começaram a ser colhidos, fomos surpreendidos com os obstáculos que passaram a surgir, em termos de captação de recursos e de promoção de incentivos. Daí por diante, a sua estrutura político-institucional foi sendo enfraquecida, ano após ano, e contidas as suas pretensões desenvolvimentistas, tornando-a um organismo anemizado perante os Estados dela integrantes, e com baixa operosidade para os empresários desejosos de investir na região.

A verdade é que, a partir de então a SUDENE se limitou a reproduzir medidas que refletiam a dominância do Poder Central, que, por sua vez, passara a gerar um planejamento diretivista, marcadamente desfavorável às áreas pobres do País e eminentemente centralizador. Como as demais áreas subdesenvolvidas do Brasil, o Nordeste tornava-se mais abertamente tratado como periferia do Centro-Sul, o qual, impondo-se aos organismos federais centrados nesta Capital, passou a influir no tratamento dispensado às regiões menos dotadas de recursos naturais e politicamente mais fracas.